

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 22, DE 2006

Submete à consideração do Congresso Nacional, o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado **MARCONDES GADELHA**

I - RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional a Mensagem nº 22, de 2006, assinada em 12 de janeiro deste ano, acompanhada da Exposição de Motivos nº 00384/DAI/COCIT – MRE-PAIN-BRAS-NIGR do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, datada de 21 de outubro de 2005, contendo o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005, para a competente apreciação legislativa, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal.

Autuada pelo Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída a esta e às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania, apenas nos termos do art. 54 do Regimento Interno, estando instruído o processo segundo as normas regimentais pertinentes e apto à

análise parlamentar.

O texto normativo do instrumento em pauta é introduzido por um preâmbulo detalhado, em que se menciona o contexto da produção e do tráfico ilícito de drogas como ameaça às estruturas políticas, econômicas e sociais dos Estados, bem como à saúde e segurança públicas constituindo-se importante fonte de recursos para o crime organizado, sendo, portanto, imprescindível que haja cooperação internacional efetiva para combatê-lo e coibir a chamada lavagem de dinheiro.

São, aliás, ações e preceitos inspirados nas normas e decisões emanadas da Organização das Nações Unidas, tais como a *Convenção Única sobre Entorpecentes*, de 1991, e a *Convenção contra o Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas* de 1998, bem como a *Convenção contra o Crime Organizado Transnacional* e, ainda, conforme decisões da *Sessão Especial da ONU sobre Drogas*, realizada em 1998.

São onze os artigos do ato internacional em exame que seguem a praxe que vem sendo adotada pelo Brasil nessa área.

No Artigo 1, aborda-se o propósito primordial do instrumento e a definição a ser utilizado para *drogas*. No segundo, o âmbito da cooperação que será estabelecida entre os Estados Partes, o que se detalha em nove alíneas.

O Artigo 3 aborda as Formas de Cooperação a serem utilizadas e, no Artigo 4, há previsão de reuniões periódicas com vistas à consecução dos objetivos do Acordo, a fim de que se solidifiquem os canais de comunicação, o intercâmbio de experiências e sejam recomendados programas conjuntos e de ação e avaliada a respectiva evolução.

O Artigo 5 aborda o aspecto da confidencialidade e, no sexto, definem-se as autoridades competentes para a implementação do Acordo.

Nos Artigos 7,8,9,10 e 11, dispõem os dois países sobre as cláusulas finais de praxe em atos internacionais congêneres, quais sejam as disposições para a solução de controvérsias, a inter-relação entre as normas ora propostas e as de outros atos internacionais vigentes, bem como a previsão de entrada em vigor do instrumento, as hipóteses de emendas ou revisão e a possibilidade de denúncia.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Brasil e Nigéria têm uma tradição de parceria e colaboração diplomática. Entre vários outros atos internacionais multilaterais e bilaterais, os dois países firmaram em 10 de janeiro de 1979 o Acordo de Cooperação Econômica Científica e Técnica, promulgado em 27 de outubro de 1983, e o Acordo Brasil–Nigéria sobre seus Respectivos Territórios e Além, promulgado em 11 de novembro de 1991. Entre os Protocolos firmados pelos dois países, destacam-se o Protocolo que versa sobre Agricultura, de 17 de novembro de 1983 e o de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde, de 03 de março de 2004.

O tema que se trata no instrumento em exame não poderia ser mais atual. Salienta-se, na Exposição de Motivos do Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, que o documento em pauta está inserido *no âmbito dos esforços dos dois países para incrementar a cooperação e a coordenação entre as respectivas autoridades de aplicação da lei e coibir os diversos aspectos relacionados à indústria do narcotráfico.*

Ressalta-se, ainda, o fato de que o Acordo trata do controle, do comércio ilegal e do tratamento e reabilitação social dos dependentes químicos. Os dois países prevêm, para tanto, várias atividades conjuntas, tais como intercâmbio de informações e de experiências, projetos e programas públicos de educação, cooperação em investigações policiais, treinamento e capacitação etc.

Entre as matérias veiculadas na imprensa a respeito, ora destacamos duas, de autoria de Walter Maierovitch, veiculadas no jornal O Globo, respectivamente em 18 de abril de 2002 e 03 de junho de 2006.

Na primeira, enfatiza-se que o Brasil está *cada vez mais espremido*, pois de um lado, *as drogas naturais procedentes da Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai. Do outro, as consequências decorrentes da narcotização do continente africano, com as elites detentoras do poder político corrompidas pelos narcodólores da criminalidade organizada.*

Complementa-se, na segunda matéria, que a *máfia nigeriana está entre as três mais ativas do planeta, fornecendo drogas naturais*

e sintéticas. Encontra-se presente em 60 países e nas grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Em outra análise, Renato Lombardi¹ reforça o aspecto de que a máfia nigeriana tornou-se *a principal organização criminosa no envio de cocaína do Brasil para a Europa e países africanos, começou a investir pesado no mercado interno. Vende cocaína, pasta base de coca para fabricar pedras de crack e maconha para traficantes de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Aduz, ademais, que os nigerianos ganharam a confiança dos traficantes brasileiros e estão deixando, no País, parte da droga comprada para ser distribuída no exterior.*

Desnecessário é dizer-se quão candente é o problema da droga–adição, subproduto das mazelas sociais e do narcotráfico, que se esgueira e atinge todas as camadas sociais, dilacerando vidas, famílias, sociedades. Reflexo das graves disparidades existentes nos dias atuais, é, ainda, um dos alicerces sobre os quais se assentam o crime organizado, com o seu braço correspondente de lavagem de dinheiro.

VOTO, assim, pela aprovação legislativa ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005, nos termos da proposta de Decreto Legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado **MARCONDES GADELHA**
Relator

2006_3473_Marcondes Gadelha

¹ www.antidrogas.com.br/art_mafianigeriana.php

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2006
(MENSAGEM Nº 22, de 2006)**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado **MARCONDES GADELHA**

Relator